

AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO ORGÂNICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA CONSIDERANDO OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1996 E 2006

Juliana Benites Padua¹
Madalena Maria Schlindwein²
Manfredo Rode³

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi caracterizar a evolução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase na agricultura orgânica e sua representatividade nos cenários nacional e regional. Para tanto, foram analisados os dois últimos censos agropecuários divulgados pelo IBGE, nos anos de 1996 e 2006, além de um levantamento bibliográfico referente à produção familiar e orgânica do Brasil e do estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados mostram a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico através da sua evolução, assim como a necessidade da intensificação das políticas públicas voltadas a agroecologia, que embora seja uma alternativa eficiente que une preservação ambiental e segurança alimentar é pouco explorada no Brasil, carecendo por investimentos e incentivos para que haja maior desenvolvimento e expansão desse setor.

Palavras chaves: Agricultura Orgânica; Segurança Alimentar; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of this article was to characterize the evolution and development of family farming in Brazil and the state of Mato Grosso do Sul, with emphasis on organic agriculture and its representation in the national and regional levels. Therefore, were analyzed the last two IBGE agricultural census, in 1996 and 2006, plus a search of the literature on organic and family farming in Brazil and Mato Grosso do Sul. The results show the importance of socioeconomic development family farms through its evolution, as well as the need for increased public policies to agroecology, that while an efficient alternative that combines environmental protection and food safety is little explored in Brazil, which require incentives and investments to allow further development and expansion of the sector.

Keywords: Organic Agriculture; Food Security; Development.

1. INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1960 e 1970, a agricultura no Brasil passou por uma intensa transformação em busca da modernização e, conforme aborda Gavioli e Costa (2011), essa inovação, com o apoio estatal, gerou a incorporação de práticas agroquímicas e motomecânicas de produção, de forma que o setor agrícola se integrasse cada vez mais com o setor industrial. Porém, essa modernização rural, centrada na preservação da hegemonia da grande propriedade fundiária com a finalidade de aumentar as exportações brasileiras, resultou, segundo Caume (2003), em um modelo de desenvolvimento socialmente excludente

¹ Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

² Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

³ Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

e ecologicamente predatório, representando a marginalização social, econômica e política de muitos agricultores familiares que se viram obrigados a migrar para os centros urbanos.

Diante do vasto território agrário existente no Brasil, a posse das maiores áreas ainda concentra-se nas mãos de poucos produtores que costumam cultivar imensas áreas de monoculturas. Desta forma, os pequenos produtores, de características familiares em sua grande maioria, desenvolvem-se em espaços menores e mais reduzidos dos quais oferecem ao mercado uma diversificada produção de alimentos. Essa má distribuição da propriedade da terra, segundo Buainain *et al* (2003, p.322): “É o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estrutura fundiária no Brasil”.

Em vista dos diversos problemas socioambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento seguido pelo Brasil, surge entre meados de 1980 a 1990 a preocupação ambiental. Insere-se nesse contexto, a idéia da sustentabilidade e a defesa da agricultura familiar como agente fundamental da construção do desenvolvimento do meio rural (GAVIOLI; COSTA, 2011).

Atualmente a agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, assim como de seus estados e municípios, tanto na geração de renda das famílias envolvidas, como na produção de alimentos e redução do êxodo rural, além do favorecimento do emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos e a diminuição da utilização de insumos industriais. Gomes (2004) destaca essa importância devido às diversas discussões que vem ganhando força, sobretudo considerando os debates embasados no desenvolvimento sustentável e na segurança alimentar.

Tendo em vista a importância do desenvolvimento sustentável, e de um mercado com consumidores diferenciados com forte preocupação ambiental e interessados em produtos mais saudáveis, é estimulada a produção de alimentos orgânicos em grande parte dos produtores familiares. Segundo o IPEA (2012), a demanda por produtos orgânicos cresce em torno de 30% ao ano, sendo que se estima, para o caso do Brasil, que 90% da produção orgânica seja proveniente da agricultura familiar.

Na intenção de auxiliar os agricultores familiares e assentados, o governo federal disponibiliza um arranjo de políticas públicas do qual abrange todos os elos da produção agrícola familiar. Dentre eles há canais de acesso a terra (o Plano Nacional de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário), de fornecimento à alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) de apoio às redes de assistência técnica e extensão rural (Ater), de crédito (Pronaf) amparado por um seguro agrícola associado (o Seguro da Agricultura Familiar - SEAF) e um de seguro de preços (o Programa de garantia de preços da Agricultura Familiar - PGPAF), de comercialização (o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) entre outros (MDA, 2012).

Diante de todos os arranjos de políticas criadas e direcionadas ao agricultor nem sempre elas se mostram totalmente eficientes. De acordo com Guilhoto *et al.* (2006) mesmo com a agricultura familiar mantendo a força e com uma representatividade de peso na riqueza do país, os agricultores são penalizados por insuficiências de terras e capital, por dificuldades no financiamento, baixa disponibilidade tecnológica, assim como fragilidade da assistência técnica.

Entretanto, sabendo da importância e das melhoras atribuídas a agricultura familiar e assentados pelas iniciativas governamentais através de políticas públicas, embora algumas delas não estejam conseguindo atender a demanda necessária e ocasionando insatisfações por parte de alguns agricultores, surge o questionamento sobre a extensão da produção orgânica obtida através da agricultura familiar, mediante os problemas atuais ocasionados pelas deficiências ou falhas das políticas públicas voltadas a esses agricultores familiares.

Neste contexto, o presente estudo objetiva caracterizar a evolução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul,

fazendo também uma análise sobre a agricultura orgânica e sua representatividade no cenário nacional e regional que se desenvolve principalmente por meio da agricultura familiar.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Caracterizações da agricultura familiar

O uso da expressão agricultura familiar é uma caracterização atual. De acordo com Schneider (2003) o surgimento dessa expressão no Brasil ocorreu em meados da década de 1990. Abramovay (1997) salienta que, até certo tempo atrás, a agricultura familiar era designada por “pequena produção”, “agricultura de subsistência” ou “agricultura de baixa renda”, embora sua importância no cenário econômico e, para o ambiente social, não fosse reconhecido.

De acordo com Alves *et al.* (2009) existe no Brasil uma agricultura heterogênea, subdividida em dois grupos, conhecidos como “agricultura comercial ou patronal”, que são as grandes monoculturas com produção voltada para o mercado externo e a “agricultura familiar”, com sua produção voltada basicamente ao mercado interno.

Na agricultura familiar destaca-se uma íntima relação entre terra, trabalho e família. Para Bianchini (2007), a principal característica que define a agricultura familiar se refere à própria família ser a dona dos meios de produção, ou seja, ao mesmo tempo em que exerce a força de trabalho, com mão de obra familiar superior à contratada, detém também a posse da terra e dos meios de produção. Dentre as demais características que compõem o perfil da agricultura familiar, Blum (2001) salienta que é imprescindível ao agricultor viver junto à comunidade rural e participar das atividades socioeconômicas pertinentes a ela.

Além do papel produtivo da agricultura familiar, destaca-se também a questão da multifuncionalidade da agricultura, onde ela se torna responsável por diversas funções. Segundo Gavioli e Costa (2011), essas variadas funções podem se traduzir em atividades não agrícolas, como agroindústria familiar, turismo no espaço rural e comercialização direta, ocupações que se originam na agropecuária e na paisagem agrícola e que são estreitamente relacionadas com estas. Porém, essas medidas trazem distintas repercussões, umas favoráveis alegando o fortalecimento da agricultura e outras contrárias evidenciando seu enfraquecimento, necessitando de complementação de renda pelos agricultores, dada rendas agrícolas insuficientes.

Na abordagem de Moruzzi e Lacerda (2008) é ressaltada a relação da multifuncionalidade com o desenvolvimento sustentável. Por meio do apoio de políticas agrícolas, os agricultores podem desempenhar papéis em favor da preservação ambiental, da coesão social, do equilíbrio territorial e da qualidade de alimentos, entre outros.

Na agricultura familiar são comuns as práticas de diversificação da produção. Segundo Bianchini (2007), essa diversidade é estabelecida pelo agricultor por conta de alguns fatores, como no caso da possibilidade de obter diferentes rendas, ao longo do ano, para prover garantia do autoconsumo alimentar, de forma que é necessário atentar-se para a sazonalidade das produções, e também pelas reduções de riscos, assim como da dependência de insumos externos. O autor ainda resalta que essa diversificação é possível devido ao fato de o agricultor familiar obter disponibilidade de empreender e trabalhar nesses cultivos juntamente com os demais familiares.

Para Mergarejo Neto (2008, p. 23): “Graças às suas características de diversificação e integração de atividades, a agricultura familiar pode representar a opção ideal para a dinamização e desenvolvimento de uma agricultura ambiental e socialmente sustentável.” Deste modo torna-se bastante propício à adesão de práticas sustentáveis, pela agricultura familiar, no cultivo de produtos orgânicos devido aos processos de produção adotados neste tipo de agricultura.

2.2 A agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos

A agricultura moderna, utilizada principalmente em grandes propriedades de produção de maior escala, não tem se mostrado sustentável. Conforme ressalta Oliveira *et al* (2008) o surgimento de uma nova agricultura “agroecologia” vem apresentado novas perspectivas para viabilizar a produção, preservando o meio ambiente, e ao mesmo tempo direcionando-se ao caminho da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, a agricultura orgânica apresenta-se como uma possibilidade de uma agricultura sustentável.

Dentro do contexto da agricultura familiar, está se tornando cada vez mais comum essa produção de alimentos orgânicos. Conforme aborda Beltrão (2002), por serem produtos isentos da aplicação de agrotóxicos, adubos químicos, antibióticos ou qualquer outro tipo de substância utilizada na produção convencional, os alimentos orgânicos possuem uma série de benefícios, sobretudo para a saúde humana, além de reduzir expressivamente os impactos negativos que um cultivo convencional de alimentos traz ao meio ambiente. No manejo, na agricultura orgânica, é valorizado o uso eficiente dos recursos naturais não renováveis, o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e dos processos biológicos alinhados à biodiversidade, ao meio-ambiente, ao desenvolvimento econômico e à qualidade de vida humana.

Lago *et al.* (2006) salienta que, devido às dificuldades frente aos problemas econômicos, sociais e ambientais, muitos agricultores buscam empreender novas práticas agroecológicas. Gerando, desta forma, uma agregação de valor a esses produtos, pela diferenciação ecológica e atendendo a demanda de um mercado que visa consumir este alimento de maior qualidade.

Tendo em vista as vantagens ao consumir os alimentos orgânicos tanto para a saúde humana quanto para o ambiente, por receber um novo tratamento por meio das bases agroecológicas, a viabilidade econômica desse mercado encontra-se em considerável ascensão, favorecendo o aumento da produção e melhorando a renda dos agricultores. Conforme Buainain *et al* (2003, p. 334): “A crescente demanda por produtos orgânicos abre, portanto, novas possibilidades de expansão e geração da renda para os produtores familiares”.

De acordo com Dantas e Moraes Filho (2006), a agricultura orgânica teve seus primeiros registros em 1924, pelo austríaco Rudolf Steiner, e apresentam-se hoje modelos variados como a permacultura, a agricultura biodinâmica, natural, biológica entre outros. Essas culturas são voltadas para uma produção ecologicamente correta e economicamente viável, tendo em vista que problemas causados pelo uso de agrotóxicos, adubos, melhoramento genéticos entre outros, fizeram com que alguns consumidores ficassem mais atentos e dispostos a pagar pela garantia da segurança alimentar.

A opção pela produção orgânica é viável ao pequeno produtor de acordo com algumas razões enfatizadas por Campanhola e Valarini (2001). Segundo os autores, é rentável aos pequenos produtores produzir *commodities* agrícolas diversificadas, pois em nível industrial é necessário uma escala de produção para compensar a queda de preços causada pela sazonalidade e os custos crescentes de produção, o que comprometeria o lucro da organização. Outra razão, diz respeito ao nicho de mercado que os alimentos orgânicos proporcionam devido ao atendimento de um segmento seletivo e restrito de consumidores, facilitando até a interação com os consumidores e adequando os produtos de acordo com suas exigências.

Diante da necessidade da diversificação da produção pelos pequenos produtores, Beltrão (2002) destaca a facilidade e a melhor adaptação por esses agricultores aos princípios da agricultura orgânica, sobretudo pela indução do equilíbrio ecológico, reciclagem de nutrientes, insumos caseiros, conservação do solo e o controle de pragas e doenças de maneira

ecológica. A utilização de insumos próprios e naturais na cultura acarreta também uma diminuição nos custos de produção, tornando a mesma mais lucrativa ao produtor.

Tendo em vista os vastos benefícios que cercam o consumo de alimentos orgânicos, e mesmo com a expansão gradativa desse mercado, muitos consumidores ainda optam por adquirir os produtos convencionais. Essa condição pode estar relacionada ao preço dos produtos orgânicos, por serem mais elevados em comparação aos alimentos convencionais. De acordo com estudos realizados por Mesquita (2006) este fator de consumo é determinado pelo nível de instrução dos consumidores, ao constatar que pessoas mais instruídas, com maior acesso a informação e poder aquisitivo razoável, são os maiores consumidores desses produtos. O que de fato os caracteriza como um grupo de consumidores diferenciados e mais exigentes.

2.3 A agricultura familiar e as políticas públicas

Conforme destaca Junqueira e Lima (2008) as principais dificuldades para o desenvolvimento agrícola familiar no Brasil são a baixa capitalização, dificuldade de acesso a linhas de créditos oficiais, a tecnologia, a assistência técnica, aos mercados modernos entre outras. Diante disso, a implementação das políticas públicas visa desenvolver este segmento rural brasileiro, de forma que reduza as desigualdades sociais, atendendo as especificidades da agricultura familiar no Brasil e dando-lhes condições de desenvolver-se e de se expandir no mercado do agronegócio.

O fortalecimento da agricultura familiar no país aconteceu, sobretudo, por conta da elevação dos números de agricultores assentados pela reforma agrária e pela criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 28 de junho de 1996, por meio do decreto nº. 1.946. O Pronaf é um programa que financia projetos a esses produtores possuindo as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. O crédito pode ser utilizado tanto para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, quanto para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (MDA, 2012).

Conforme destaca Guanziroli (2007) a criação desse programa ocorreu por conta dos elevados custos e pela escassez de crédito destinado aos produtores, em particular os familiares, e a luta dos movimentos sociais, onde desde então esse programa tem se expandido expressivamente pelo país. De acordo com Muller (2007, p.12): “O Pronaf representa um marco importante da luta pelo reconhecimento da agricultura familiar”.

No intuito de garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, foi instituído em 2 de julho de 2003, através da Lei 10.696 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como uma ação estruturante do programa Fome Zero (BRASIL, 2003). Ação essa que tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo também para a formação dos estoques de alimentos (MDA, 2012).

Dentre as demais políticas públicas em prol da agricultura familiar, destaca-se também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir da Lei nº 11.947/2009, foi determinado a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais (MDA, 2012).

Diante da finalidade proposta pelo programa, Santos et al (2007, p. 2683) destaca:

O PNAE tem como objetivo atender a todas as crianças da rede pública do ensino fundamental (municipal e estadual) e escolas filantrópicas conveniadas, por meio da oferta de uma refeição que responda por pelo menos 15% das necessidades energético-proteicas diárias do grupo alvo, o que equivale a 350 calorias e 9 gramas de proteína.

Conforme salienta Flavio *et al* (2008), o PNAE é um dos programas mais antigos do país, pois ele vigora no Brasil há mais de 50 anos garantido a assistência e segurança alimentar dos alunos beneficiados durante sua permanência em sala de aula.

3. METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2009, p.27) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Quanto à coleta de dados, serão empregados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, onde Silva (2003, p. 60) salienta que “Pesquisa bibliográfica explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos”. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2009) na pesquisa documental são utilizados materiais que não receberam tratamento analítico ou podendo também ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Desta forma, essa pesquisa foi realizada com base nos últimos censos agropecuários divulgados pelo IBGE, nos anos de 1996 e 2006, sendo realizado também, um levantamento bibliográfico referente à produção familiar e orgânica do Brasil e do estado de Mato Grosso do Sul.

As fontes de dados foram buscadas em materiais impressos, tais como artigos científicos, teses, dissertações e livros, além de consultas a sites oficiais de Agências Governamentais (IBGE, IPEA, MDA) e sites inerentes aos produtos orgânicos.

Vale destacar, no entanto, que o critério adotado pelo MDA e pelo IBGE, no Censo Agropecuário, para definir agricultura familiar – Lei 11.326/2006 – é mais restrito em relação aos critérios adotados pela metodologia estabelecida pelo Projeto de Colaboração Técnica entre a FAO e o INCRA, de modo que houve algumas implicações nos resultados por conta dessas diferenças. Neste trabalho será considerada a metodologia FAO/INCRA para confrontar os dados da Agricultura Familiar entre os dois Censos Agropecuários.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul

No Censo Agropecuário realizado em 1996 (Tabela 1), foram identificados no Brasil 4.139.369 estabelecimentos da agricultura familiar, representando um total de 85% dos estabelecimentos identificados, os quais ocupavam uma área de 107,8 milhões de ha, totalizando apenas 30% da área total. A mão de obra utilizada na agricultura familiar também se mostra relevante, ao empregar 13.780.201 pessoas, ou seja, 77% das pessoas ocupada na agricultura. Fator esse que deixa evidente a valorização de aspectos sociais devido à inserção do homem na atividade rural, o que opostamente não ocorre na agricultura não familiar, que ao utilizar maior área para os cultivos de acordo com uma proporção de 70%, utiliza-se de pouca mão de obra na produção com um total de 23%. Normalmente isso ocorre por conta

das inovações tecnológicas, uma vez que através da mecanização, a demanda por mão de obra no cultivo reduz.

Tabela 1 - Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar - Brasil 1996

Características	Agricultura Familiar		Agricultura não-familiar	
	Valor	Em %	Valor	Em %
Número de estabelecimentos	4.139.369	85	720.363	15
Área (milhões ha)	107,8	30	245,8	70
Mão de obra (milhões de pessoas)	13,7	77	3,05	23

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Agropecuário (1996)

A partir do último Censo Agropecuário realizado em 2006, foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84% dos estabelecimentos brasileiros (Tabela 2), que também revela a pouca área ocupada pelos agricultores familiares, resultando em um total de apenas 24% desse território. Percebe-se também a relevância da agricultura familiar na geração de emprego, dado a utilização de 74% do total de mão de obra ocupada na agricultura.

Tabela 2 - Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar - Brasil 2006.

Características	Agricultura Familiar		Agricultura não-familiar	
	Valor	Em %	Valor	Em %
Número de estabelecimentos	4.367.902	84	807.587	16
Área (milhões ha)	80,3	24	249,7	76
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74	4,2	26

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Agropecuário (2006)

A partir de uma análise comparativa entre os dois Censos, percebe-se que, do total dos estabelecimentos agropecuários, houve um crescimento de 5,5% na agricultura familiar e 12,1% na não familiar. Em relação à área (ha), a agricultura familiar obteve uma queda de 25,5% e a não familiar cresceu somente 1,6%. Com relação a mão de obra, houve também uma pequena redução nos percentuais apontados em 2006 na agricultura familiar, demonstrando um declínio de 10,2%, sendo que, em contrapartida, a agricultura não familiar apresentou um aumento de 37,7%. Contudo, mediante essas reduções, a agricultura familiar mostra-se capaz de reter proporcionalmente maior número de empregos e manter seu nível de crescimento, ainda que menor se comparado a agricultura não familiar, mesmo com a redução de suas áreas e mão de obra empregada.

No estado de Mato Grosso do Sul, o Censo Agropecuário de 1996 identificou 26.789 estabelecimentos da agricultura familiar, representando um total de 58% dos estabelecimentos identificados e que ocupavam uma área de 2.083.047 ha, o que totaliza apenas 7% do total da área no estado. Quanto ao número de mão de obra utilizada na agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, foram identificadas 82.606 pessoas empregadas nesse setor, correspondendo 43% sobre o total. Com relação à agricultura não familiar, foram identificados no Mato Grosso do Sul 19.225 estabelecimentos, correspondente a 42% do total, assim como ocupação de 93% da área agricultável, o que caracteriza uma alta taxa de concentração de terras no estado, foi constatado também que a agricultura não familiar, absorvia nesse período 57% de mão de obra na atividade (Tabela 3).

Tabela 3 – Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar e não familiar Mato Grosso do Sul em 1996

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Número de estabelecimentos	26.789	58	19.225	42
Área (ha)	2.083.047	7	28.670.848	93
Mão de obra (pessoas)	82.606	43	110.829	57

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Agropecuário (1996).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 4), o número de estabelecimentos identificados como sendo da agricultura familiar foi de 41.104, passando a representar 63% dos estabelecimentos do estado, entretanto a área abrangida por esses estabelecimentos sofre redução, totalizando 1.190.206 ha, o que corresponde a 4% do total. A mão de obra utilizada passa a representar 46% do total de pessoas ocupadas na agricultura, sendo que, embora estando menor que o índice nacional, representa um indicativo signifiicante na geração de emprego no meio rural.

Tabela 4 – Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar e não familiar - Mato Grosso do Sul em 2006

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Número de estabelecimentos	41.104	63	23.758	37
Área (ha)	1.190.206	4	28.866.741	96
Mão de obra (pessoas)	97.431	46	113.760	54

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Agropecuário (2006)

A partir de uma análise comparativa entre os dois Censos, percebe-se nitidamente o avanço da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, com incremento de 53,4% no número de estabelecimentos, assim como acréscimo de 23,6% da agricultura não familiar. Contudo, a área da agricultura familiar sofre uma acentuada redução de 42,8%, enquanto a agricultura não familiar tem pequeno acréscimo de 0,68%. Com relação a mão de obra, a agricultura familiar mostra aumento de 17,9%, enquanto a não familiar apresenta crescimento de 2,6%, o que destaca a eficiência da agricultura familiar na geração de emprego.

No que se refere ao Valor Bruto da Produção (VBP), calculado a partir do somatório do valor da produção vendida, do valor da produção vendida dos principais produtos utilizados na indústria rural e o valor da produção colhida/obtida dos demais produtos animais e vegetais, tem apresentado crescente aumento. De acordo com os dados da Tabela 6, é evidenciado que o VBP da agricultura familiar cresceu em 61% contra 47% da patronal.

Tabela 6 - Evolução do VBP no Brasil (em R\$ mil)

Grupo	1995/96	1995/96 corrigido * (A)	2006 (B)	(B/A)
Familiar (C)	18.117.725	35.734.898	57.572.210	1,61
Patronal (D)	29.139.850	57.474.631	84.680.660	1,47
(C) + (D)	47.257.575	93.209.529	142.252.870	1,53

Fonte: França *et al.* (2009, p. 36).

De acordo com os indicadores de produtividade, no estado de Mato Grosso do Sul, o VBP anual (R\$/ ha) corresponde a 420 na agricultura familiar e apenas 106 na agricultura não

familiar, sendo que a mão de obra (pessoas/ 100 ha) totalizou 8,2 contra 0,4 na agricultura não familiar (FRANÇA *et al.*, 2009).

Quanto ao PIB (Produto Interno Bruto), cabe destacar que, conforme Guilhoto *et al* (2007), o peso da participação da agricultura familiar para a geração de riqueza no país, chegando a 10% do PIB nacional entre 1995 a 2005, o que corresponde a um terço do total das cadeias produtivas do mesmo período. De acordo com o Gráfico 1, é feita uma análise do PIB nacional entre os anos de 1995 a 2005, onde a participação do agronegócio familiar no PIB do Brasil correspondia a 9% em 2005, representando uma queda em relação a 2003, onde sua participação era de 10,1%, o maior índice durante todo o período analisado. Queda que também atingiu o agronegócio patronal, o qual em 2005 correspondia a 18,9% e em 2003, 20,5%.

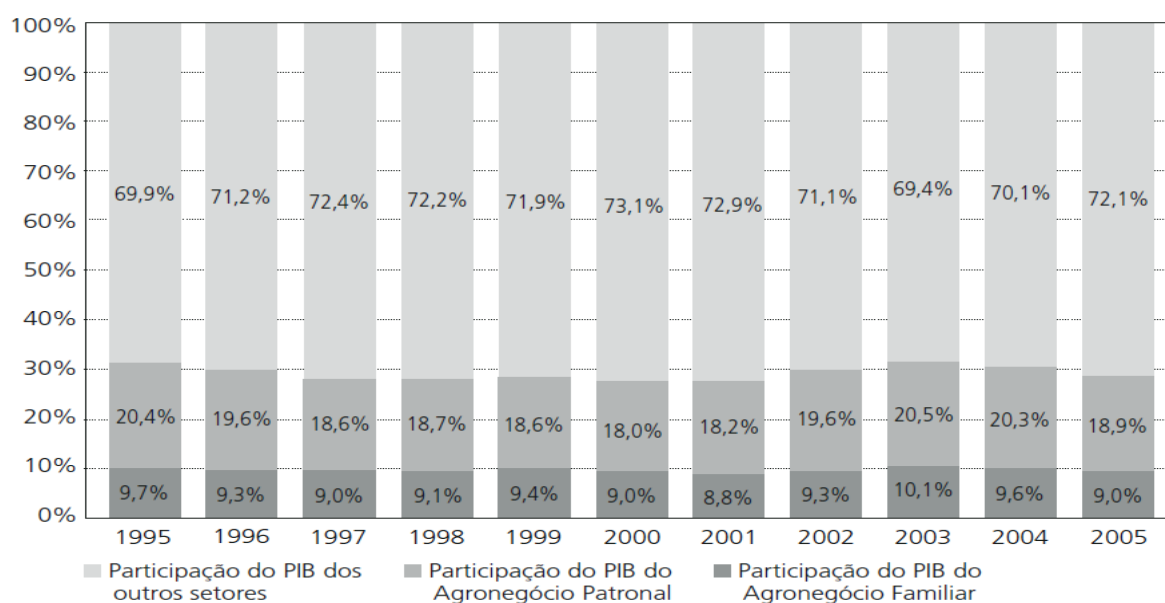


Gráfico 1 - Participação do PIB do agronegócio familiar e patronal no PIB do Brasil

Fonte: PIB da Agricultura Familiar: Brasil – Estados, MDA/NEAD, (2007, p. 22).

Quanto ao PIB de Mato Grosso do Sul, o segmento familiar apresentou com aumento gradativo a cada ano. No ano de 2004 o PIB da agricultura familiar totalizou-se em R\$ 3.465.728, o que corresponde a 16,20% do PIB estadual. Somente a lavoura apresentou uma queda em 2004, mas que se recuperou em 2005 com um aumento de 16,1% no período. Já a pecuária, embora não tenha tido nenhum declínio durante o período analisado obteve um crescimento em 12,3% de 2004 para 2005, sendo que esse foi o menor índice durante o período compreendido de 2002 a 2005, já que entre 2003 a 2004, o crescimento da pecuária foi de 30% (Tabela 7).

Tabela 7 - PIB do agronegócio familiar em Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil R\$).

Ano	2002	2003	2004	2005
PIB Total do estado MS	20.453.978	22.009.400	21.392.638	-
% PIB do Agronegócio Familiar	12,15%	13,62%	16,20%	-
PIB do Agronegócio Familiar	2.484.698	2.997.278	3.465.728	3.929.233
Lavoura	828.290	1.073.261	964.949	1.120.395
Pecuária	1.656.408	1.924.017	2.500.779	2.808.838

Fonte: GUILHOTO, J. J. M. *et al.* PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. MDA/NEAD, (2007, p. 148).

Conforme análises de Guilhoto *et al* (2007), durante o período de 1995 a 2005, constatou-se uma forte tendência pela criação de aves e produção leiteira pela agricultura familiar no Brasil, porém a avicultura apresentou maior crescimento expressivo no período tanto na agricultura familiar quanto na patronal. No Centro-Oeste, a participação da agricultura familiar no PIB nacional correspondia a 7% em 2004, sendo que as regiões Sul e Sudeste despontam a frente com 43% e 24% respectivamente no PIB. Esse índice identificado na região Centro-Oeste é ocasionado pela significativa produção ser destinada ao mercado externo, já que nessa região é muito comum um agronegócio de caráter patronal, onde maior parte do PIB dos estados de Mato Grosso e Goiás concentram-se na produção de grãos. No estado de Mato Grosso do Sul sobressai a pecuária bovina com peso significativo no PIB do agronegócio, que vem sendo incrementado também com lavouras de cana devido a implantação de novas usinas de açúcar e álcool na região (GUILHOTO *et al*, 2007).

4.2 A produção de alimentos orgânicos no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul

Sabendo da importância de se utilizar as práticas agrícolas baseadas nos princípios da agroecologia além de uma maior atenção aos cuidados a saúde, a procura por alimentos orgânicos no Brasil e no mundo tem se mostrado crescente nos últimos anos, sobretudo a uma classe diferenciada de consumidores, em sua grande maioria, de alta renda (FONSECA, 2005).

Existem no Brasil inúmeros sistemas de produção de base ecológica que comercializam seus produtos. Mas para que isso ocorra é necessário atentar-se à Lei da Produção Orgânica Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, abrangendo dentro deste conjunto desde as variedades de produção que realizam apenas a substituição de insumos (químicos por orgânicos) até os se orientam pelos princípios da agroecologia. Neste sentido, Abreu *et al* (2009) aborda que a agroecologia mediante sua importância, tem sido uma fonte de inspiração para formulação de políticas públicas para a agricultura familiar dos quais se mostram suscetíveis a mudanças e melhor adequabilidade a transição em rumo a sustentabilidade.

O Brasil é o maior consumidor de produtos orgânicos da América Latina, e esse consumo não chega a 1% do mercado de alimentos. Entretanto, boa parte dessa produção é adquirida pelo mercado internacional, sobretudo Japão, Estados Unidos e União Europeia. Desta forma, as exportações giram em torno de 70% da produção orgânica nacional, sendo que 80% de toda a produção é derivada da agricultura familiar e 20% da agricultura patronal. Essa comercialização movimenta em torno de 250 milhões de dólares anualmente (ABREU *et al*, 2009).

Quanto ao volume da produção, o Brasil encontra-se na oitava posição, cultivando 880.000 ha de culturas da agricultura de base ecológica certificadas (frutas, hortaliças, cereais, café, mel, leite, carnes, soja, palmito, açúcar e frango). A área ocupada pelo extrativismo sustentável é da ordem de 5 milhões de hectares, contendo castanha, açaí, látex, frutas e outras espécies das matas tropicais, principalmente da região Norte (ABREU *et al*, 2009).

Pela primeira vez, o Censo Agropecuário 2006 divulga os resultados da agricultura orgânica no Brasil buscando conhecer e quantificar os estabelecimentos em que eram adotadas as práticas de produção agropecuária sem utilização de insumos artificiais ou outra medida para a conservação dos recursos naturais e ambientais.

Conforme as investigações do Censo nos estabelecimentos brasileiros, fora constatada uma baixa utilização da agricultura orgânica pelos agricultores. De acordo com a Tabela 8, foram identificados apenas 90.497 estabelecimentos com produção orgânica, correspondendo 1,7% do total, com destaque para a Região Nordeste, totalizando 42.236 estabelecimentos com agricultura orgânica, o que corresponde a 46,6% dos estabelecimentos que fazem uso da agricultura orgânica no país, no entanto, representa apenas 1,72% dos

estabelecimentos agrícolas identificados na região. Em seguida sobressai a Região Sul com 21,3% no total de produção orgânica, mas em relação ao total de estabelecimentos na região, atinge 1,91%. No entanto, a Região Centro-Oeste apresentou apenas 4.138 estabelecimentos que utiliza a agricultura orgânica, o que corresponde a 4,6% dos estabelecimentos nacionais que fazem uso dessa prática, entretanto, ao comparar esse dado com o total de estabelecimentos da identificados na região, esse índice cai para 1,3%.

Tabela 8 - Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo as Regiões do Brasil

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é certificado por entidade credenciada	Não faz
Brasil	5.175.489	90.497	5.106	85.391	5.084.992
Norte	475.775	6.133	351	5.782	469.642
Nordeste	2.454.006	42.236	1.218	41.018	2.411.770
Sudeste	922.049	18.715	1.366	17.349	903.334
Sul	1.006.181	19.275	1.924	17.351	986.906
Centro-Oeste	317.478	4.138	247	3.891	313.340
Mato Grosso do Sul	64.862	753	31	722	64.109
Mato Grosso	112.978	1.619	79	1.540	111.359
Goiás	135.683	1.605	113	1.492	134.078
Distrito Federal	3.955	161	24	137	3.794

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Agropecuário (2006)

O estado de Mato Grosso do Sul, apresentou 753 estabelecimentos que usam a agricultura orgânica, o que corresponde a 18,2% dos estabelecimentos da região que utilizam essa prática. Com relação aos demais estabelecimentos do estado, a agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul representa 1,16%, e correspondendo apenas 0,8% dos estabelecimentos produtores de orgânicos a nível nacional. Cabe salientar nesta análise que dentre os estabelecimentos que fazem uso da agricultura orgânica, 95,8% não utilizam o uso da certificação dos produtos por entidade credenciada, o que pode ser justificada pelos custos que este procedimento pode gerar.

Com relação aos grupos de atividade econômica (Tabela 9), é evidenciada a predominância da pecuária e a criação de outros animais na produção orgânica, assim como a produção de lavouras temporárias. As demais variedades aparecem em menores quantidades como a produção de lavouras permanentes e a horticultura e floricultura, cuja representatividade em nível nacional encontra-se em 4,5% com relação ao total de estabelecimentos dessa categoria, sendo este, o segmento de maior importância quando comparado aos demais grupos de atividade econômica.

Tabela 9 – Distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos, segundo os grupos de atividade econômica – Brasil 2006

Grupos da atividade econômica	Estabelecimentos		
	Total	Produtores de orgânicos	
		Absoluto	Percentual (%)
Total	5.175.489	90.497	1,75
Produção de lavouras temporárias	1.908.654	30.168	1,58
Horticultura e floricultura	200.379	8.900	4,44
Produção de lavouras permanentes	558.587	9.557	1,71
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2.682	52	1,94
Pecuária e criação de outros animais	2.277.211	38.014	1,67
Produção florestal – florestas plantadas	74.344	1.638	2,2
Produção florestal – florestas nativas	126.649	1.644	1,3
Pesca	15.072	153	1,02
Aquicultura	11.911	371	3,11

Fonte: Adaptado de IBGE, Censo Agropecuário (2006).

O Censo também destacou que no Brasil em 2006, o perfil do agricultor que se dedicava a agricultura orgânica eram, na grande maioria, proprietários de terras exploradas (77,3%), quanto ao nível de instrução 41% possuíam nível fundamental incompleto e 22% não sabiam ler e escrever. Já em relação ao nível de organização social dos agricultores, foi revelado que 54% deles não participavam de nenhuma organização social, dentre os que tinham algum vínculo organizacional, 36,6% dos produtores eram vinculados a associações, sindicatos e outros, já os que eram organizados em cooperativas representavam apenas 5,9% dos agricultores dedicados à agricultura orgânica, dando indícios de como a organização entre os agricultores é precária, dado que implica diretamente no fortalecimento e estruturação deste setor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo foi possível constatar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento nacional, assim como regional, ao destacar através dos dados analisados, a sua importância em um contexto socioeconômico. A expansão da agricultura familiar, revelada pelo Censo, no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, tem gerado bons resultados para a economia brasileira, com o aumento da renda dos agricultores, resultando em inclusão social, melhor qualidade de vida, assim como geração de empregos.

Quanto ao PIB da agricultura familiar, pôde-se constatar que em nível nacional os percentuais mantiveram-se constantes, entretanto o estado de Mato Grosso do Sul apresentou melhores resultados com um crescimento consecutivo entre os períodos analisados. No entanto, pôde-se observar que tanto no Brasil como no estado de Mato Grosso do Sul, o nível de utilização da agricultura orgânica é muito baixa, o que pode ser entendida pela falta de incentivo e orientação adequada aos pequenos produtores a aderirem a esta prática. Contudo, é importante destacar o papel das políticas públicas para o desenvolvimento desse setor, de forma que continue avançando em cada programa, tendo condições de orientar e atender todas as necessidades da agricultura familiar de maneira mais eficiente.

Em suma, destaque-se a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico e a necessidade da intensificação das políticas públicas voltadas para a

disseminação de métodos agroecológicos no cultivo, basicamente em virtude dos benefícios sociais, econômicos e ambientais gerados por essa prática. Ressalta-se também, a necessidade de estudos com dados mais recentes quanto à agricultura familiar e a produção orgânica, a fim de conhecer a atual realidade destes segmentos e medir de forma mais aprofundada suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico nacional e regional.

6. REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

ABREU, L. S.; KLEDAL, P.; PETTAN, K. ; RABELLO, F.; MENDES, S. C. Trajetória e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 26, p. 149-178, 2009.

ALVES, J. ; FIGUEIREDO, A. M. R.; BOUNJOUR, P. D. S. C. M.; GOMES, M. B. A agricultura familiar em Mato Grosso. **Revista Eletrônica Documento e Monumento**, v. 1, p. 69-86, 2009.

BELTRÃO, N. E. M. **Agricultura orgânica e seu potencial como estratégia de produção**. In: II SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE AS CULTURAS DO INHAME E DO TARO, 2, 2002, João Pessoa, PB. Anais, 2002, v. 2, p. 71-94.

BIANCHINI, V. **O Universo da Agricultura Familiar e Sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural**. EMBRAPA Informática Agropecuária-Biblioteca. Rede Agroecologia. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar>> acesso em: 08 de mai de 2012

BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. Cap.3, p.57-104.

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/2003/L10.696.htm>> Acesso em 24 de maio de 2012

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. In: Sociologias. Dossiê. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> acesso em: 16 jun. 2011.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. . A Agricultura Orgânica e seu Potencial para o Pequeno Agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (EMBRAPA), Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAUME, D. J. **Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar**. Extensão e Cultura (UFG), Goiânia, Goiás, v. 1, p. 36-39, 2003.

DANTAS, C. L. F.; MORAES FILHO, R. A. Estratégia Competitiva para Empresas Produtoras de Hortículas no Sistema Orgânico. **Revista de Gestão USP**, v. 13, p. 67-77, 2006.

FLAVIO, E. F.; BARCELOS, M. F. P.; CIRILLO, M. A.; RIBEIRO, A. H. Avaliação da alimentação escolar oferecida aos alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Lavras, MG. **Ciência e agrotecnologia.**, vol.32, n.6, p. 1879-1887, 2008

FONSECA, M. F. A. C. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação.** Tese. Seropédica: UFRuralRJ. ICHS. CPDA. 2005. 476p.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. A. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009. 96p.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. P. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Vol.49, n 2, 2011, p. 449-472.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 5, n. 1, 1º sem/2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/500/50050107.pdf>> acesso em: 25 abr 2012.

GUANZIROLI, C.; E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* **PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados.** Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). NEAD Estudos 19. Brasília, 2007.172 p. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/PIB-AFamiliar_x_Patronal-2002-2005.pdf> acesso em: 26 jun. 2012.

GUILHOTO, J. J.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; AZZONI, C. R. A importância do agronegócio familiar no Brasil e seus estados. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 03, p. 355-382, jul/set 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a02v44n3.pdf>> acesso em: 25 abr de 2012.

IBGE. Censo Agropecuário 1995/96. Brasília: 1996. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm> Acesso em 20 de jun. 2012.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasília: 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em 20 de jun. 2012.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 74p.

IPEA - **Fiscais da saúde dos alimentos - Empresa de Botucatu é exemplo de certificadora de produtos orgânicos** – Disponível em:

<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1417:catid=28&Itemid=23 > Acesso em 24 de maio de 2012.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**. Semina. Ciências Sociais e Humanas (Online), v. 29, p. 159-176, 2008.

LAGO, A.; LENGLER, L.; CORONEL, D. A.; SILVA, T. N. Agricultura familiar de produtos orgânicos: um olhar sob a ótica do marketing. **Revista de Extensão Rural**, v. 13, p. 96-119, 2006.

MESQUITA, Z. Agricultores e consumidores de produtos orgânicos: uma aproximação necessária. Vol. 1, n. 1 **Rev. Bras. de Agroecologia**. Nov/2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Credito Rural – sobre o programa**. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> > Acesso em 24 de maio de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Alimentação Escolar – sobre o programa**. Disponível em < <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas//alimentacaoescolar> > Acesso em 25 de maio de 2012.

MERGAREJO NETTO, M. A Agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, Ano II, N°4, jul./dez. de 2008. p. 17-30.

MORUZZI, P. M. ; LACERDA, T. F. N. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina. **Ruris** (Campinas), v. vol2, p. 137-158, 2008.

MÜLLER, A. L.; SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. In: 31º Encontro Anual da Anpocs, 2007, Caxambu. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos**. Publicado no site do Evento, 2007.

OLIVEIRA, A. F. S. KHAN, A. S.; LIMA, P.V.P.S. ; SILVA, L. M. R. In: XLVI da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. **A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos Produtores Associados À Apoi (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-Ce)**. Amazônia, mudanças globais e agronegócio: o desenvolvimento em questão. Brasília: SOBER, 2008. v. 1. p. 1-20.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2007, vol.23, n.11, pp. 2681-2693. ISSN 0102-311X.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18. n. 51. fevereiro/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf> > acesso em: 16 abr. 2012

SILVA, A. C. R: **Metodologia da pesquisa aplicada a Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.